



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

CÓPIA

O Ministério Público de Contas, por meio do Procurador que ao final
subscreeve, vem perante Vossa Excelência propor REPRESENTAÇÃO em desfavor de:

CARLOS VANDERLEY SOARES, ex-Presidente da empresa
pública MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.,
inscrito no CPF 337.014.076-49, com endereço na Rua
Engenheiro Alberto Pontes n. 55, ap. 501, Belo Horizonte, MG;

ROGÉRIO PENA SIQUEIRA, atual Presidente da empresa pública
MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., inscrito no
CPF 461.651.346-53, com endereço à Av. Álvares Cabral n. 200
- 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares, Centro, CEP 30.170-000, Belo
Horizonte, MG;

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES, Diretor de Negócios da
empresa pública MGS - Minas Gerais Administração e Serviços
S.A. à época, inscrito no CPF 093.917.356-57, com endereço à
Rua Cláudio José de Souza n. 58, ap. 801, União, CEP 31.170-
380, Belo Horizonte, MG;

ALCIONE MARIA MARTINS COMONIAN, Membro do Conselho de
Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG,
inscrita no CPF 482.072.096-15, com endereço na Rua Icaraí n.
365, Alto Caiçaras, Belo Horizonte, MG;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FRANCISCO EDUARDO MOREIRA, Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG, inscrito no CPF 043.684.756-66, com endereço na Rua Manoel Carneiro n. 156, Bairro Paraíso, Elói Mendes, MG;

MARCO ANTONIO DE REZENDE TEIXEIRA, Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG, inscrito no CPF 371.515.926-04, com endereço na Rua Senhora das Graças n. 64, ap. 801, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte, MG;

NALTON SEBASTIAO MOREIRA DA CRUZ, Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG, inscrito no CPF 515.749.006-25, com endereço na Rua das Amendoeiras n. 336, Condomínio Rocha Costa, Oliveira, MG;

OTÍLIO PRADO, Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG, inscrito no CPF 118.732.566-04, com endereço na Rua Heroína Maria Quitéria n. 142, Bairro Alto Caiçaras, Belo Horizonte, MG;

JOSE AFONSO BICALHO BELTRAO DA SILVA, Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela PRODEMGE, inscrito no CPF 098.044.046-72, com endereço na RUA CURITIBA n. 2233, ap. 501, Lourdes, Belo Horizonte, MG;

MARCO ANTÔNIO SOARES DA CUNHA CASTELLO BRANCO, Diretor-Presidente da empresa pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, inscrito no CPF 371.150.576-72, com endereço à Rua Manaus, n. 467, Santa Efigênia, CEP 30150-350, Belo Horizonte, MG, Tel.: (31) 3207-8900; e

PAULA VASQUES BITTENCOURT, Diretora de Finanças da empresa pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, inscrita no CPF 815.790.717-91, com endereço à Manaus, n. 467, Santa Efigênia, CEP 30150-350, Belo Horizonte, MG.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. DOS FATOS:

Em 16.01.2018 foi instaurado o Inquérito Civil n. 001.2018.854 (Portaria n. 01/2018 - mídia em anexo) visando apurar eventuais ilegalidades praticadas pela empresa pública MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A e pelos seus contratantes, em razão da inobservância da obrigatoriedade de prévio processo seletivo para contratação de empregados para atuação na atividade fim e alocação na execução de contratos firmados com órgãos públicos e pelo possível desvio de função no exercício das atividades por parte dos empregados contratados pela MGS (exercício de atividade diversa daquela prevista em norma para o emprego para o qual foi contratado).

Assim, em 07.02.2018 foi enviado o Ofício n. 018/2018/PGSSM/MPC ao Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG (mídia em anexo), requisitando os seguintes documentos e informações:

- a) relação de todos os funcionários da MGS que foram alocados na execução do(s) contrato(s) firmado(s) entre a MGS e a CODEMIG, seus cargos na MGS, as funções desempenhadas na execução do contrato junto à CODEMIG, a jornada individual de trabalho; o local e endereço em que cada funcionário da MGS presta os serviços para a CODEMIG;
- b) cópia dos crachás (frente e verso) dos funcionários da MGS emitidos para fins de acesso às dependências da CODEMIG;
- c) nome do servidor da CODEMIG responsável pela fiscalização do contrato celebrado entre essa Companhia e a MGS;
- d) cópia das fichas cadastrais dos funcionários da MGS junto à CODEMIG."

Em atendimento à requisição acima, a CODEMIG apresentou a documentação constante da mídia em anexo, da qual ficaram patentes as irregularidades descritas nos tópicos a seguir:

- burla à regra constitucional do concurso público;
- empregos comissionados sem funções de direção, chefia e assessoramento;
- ausência de fixação das atribuições e requisitos para investidura dos empregos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

públicos comissionados de recrutamento amplo;

- violação aos pressupostos legais reconhecidos no acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho e com o Ministério Público Estadual em 01/09/2000, nos autos da Ação Civil Pública nº 1031/2000, que tramitou perante a 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte;

- desvio de função.

1.1. BURLA À REGRA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO:

Com base no inciso VIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93¹, a empresa pública CODEMIG contratou a empresa pública MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A em 23.01.2017 (Contrato n. 003.0.2017 - Mídia em anexo).

O contrato tinha por objeto o fornecimento de mão-de-obra para “prestação de serviços de apoio administrativo e operacional”, tais como porteiros/vigias, motoristas, recepcionistas, serventes de limpeza, etc.

Porém, dentre as centenas de empregados públicos da MGS que atendem à CODEMIG, verificou-se uma grande quantidade de empregados comissionados (mídia em anexo), embora tais empregos devessem ser ocupados por pessoas previamente aprovadas em processo seletivo público.

A título **exemplificativo**, confira-se a lista abaixo:

| NOME | EMPREGO |
|----------------------------|--|
| Magno Gonçalves Quesado | Planilha MGS - Assistente III (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente III - Vendedor (função) (f. 675) |
| Lívia Maria Ramalho Mourão | Planilha MGS - Assessor II (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Recepcionista (função) (f. 675) |

¹ Art. 24. É dispensável a licitação:

...

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| NOME | EMPREGO |
|------------------------------------|--|
| Pedro Henrique Ribeiro Rosa | Planilha MGS - Assistente II (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Porteiro/Vigia (função) (f. 675) |
| Claudio Roberto dos Santos Adao | Planilha MGS - Assistente II (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente II - Vigia Envasadora (função) (f. 675) |
| Leandro Cruvinel Carvalho | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente II - Artífice (função) (f. 673) |
| Ezio Otavio de Oliveira | Planilha MGS - Assistente II (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente II - Vigia Hotel Radium (função) (f. 673) |
| Pedro Henrique Silva Lube | Planilha MGS - Assistente IV (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente IV - Assistente de Eventos (função) (f. 673) |
| Jane Keli Aparecida Ramos Silva | Planilha MGS - Assistente III (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente III - Assistente Tráfego (função) (f. 674) |
| João Luiz de Moraes | Planilha MGS - Assistente VI (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente VI - Coord. de Limpeza (função) (f. 674) |
| Adélio José do Nascimento | Planilha MGS - Assistente VIII (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente VIII - Gerente de Segurança (função) (f. 674) |
| Ana Cláudia Ferreira da Silva | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente - Limpeza (função) (f. 675) |
| Antônio Carlos Barbosa de Oliveira | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente - Operador de Máquina (função) (f. 675) |
| Brenda Rayane Aparecida Vieira | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente - Aux. de Limpeza (função) (f. 675) |
| Gilberto Cunha dos Santos | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente - Motorista (função) (f. 675) |
| Luciano Rezende Souza | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente - Operador de empilhadeira (função) (f.675) |
| Péricles Francisco de Freitas | Planilha MGS - Assistente (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente - Limpeza (função) (f. 675) |
| Lucas Jose Maciel | Planilha MGS - Assistente I (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente I - Jardineiro (função) (f. 675) |
| Karyne Hallier Martins Costa | Planilha MGS - Assistente II (COMISSIONADO) Planilha CODEMIG - Assistente II - Bilheteria (função) (f. 675) |

Frise-se que não se questiona aqui a simples existência de empregos comissionados na MGS, mas sim a forma como esses empregos vêm sendo utilizados, pois estão sendo indevidamente alocados na execução de contratos de cessão de mão-de-obra.

Considerando que a MGS é uma empresa pública sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, integrante da Administração Pública Indireta Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, é óbvio que a MGS pode possuir em seus quadros empregados em comissão, mas para atender exclusivamente à sua estrutura administrativa interna, e não para a sua cessão na execução de contratos firmados com terceiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mesmo para possuí-los em sua estrutura administrativa interna é necessário respeitar os princípios e a legislação que regem a matéria, o que impõe algumas condições intransponíveis para a criação e provimento desses empregos, consoante sintetizado abaixo e tratado adiante, em tópicos:

- a) que sejam destinados apenas para funções de direção, chefia e assessoramento, de acordo com o inciso V do art. 37 da Constituição Federal de 1988, para atendimento às necessidades internas da empresa e de confiança de quem os contratou, no caso o Presidente da MGS, e não dos eventuais contratantes dos serviços da MGS (ex.: CODEMIG);
- b) que sejam expressamente fixados os requisitos para investidura e as respectivas atribuições;
- c) que sejam respeitados os pressupostos legais reconhecidos no acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho e com o Ministério Público Estadual em 01/09/2000, nos autos da Ação Civil Pública nº 1031/2000, da 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que dispôs sobre a forma de recrutamento e seleção de pessoal.

Assim, da forma como vem fazendo, a MGS viola de uma só vez dois comandos constitucionais.

O primeiro, da obrigatoriedade de realização de concurso público de provas e títulos para admissão em cargos e empregos (art. 37 *caput* e inciso II da Constituição da República de 1988), porque a empresa utiliza indevidamente empregos comissionados para pessoas que deveriam se submeter a processo seletivo público em razão das funções exercidas (v.g. motorista, jardineiro, porteiro, etc.).

O segundo, da destinação exclusiva de empregos públicos comissionados para funções de direção, chefia e assessoramento (inciso V do art. 37 da Constituição Federal de 1988), porque as atividades exercidas por seus funcionários de recrutamento amplo são totalmente desprovidas de caráter de direção, chefia e assessoramento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1.2. EMPREGOS COMISSIONADOS SEM FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO:

Com relação às atribuições dos empregos comissionados, é cediço que há uma restrição imposta pelo inciso V do art. 37 da CF/88 e, por essa razão, a Administração Pública, seja ela Direta ou Indireta, não poderia criar empregos comissionados que não sejam destinados às funções de direção, chefia e assessoramento. Além disso, a nomeação nesses empregos está condicionada à relação de confiança entre superior hierárquico (Presidente da MGS) ou a chefia imediata e o subordinado (empregado).

E aqui vale enfatizar que não há relação de subordinação entre os empregados da MGS e qualquer autoridade ou servidor do órgão contratante (CODEMIG).

Não existindo relação de subordinação dos empregados da MGS na CODEMIG, inexistente a possibilidade de haver a relação de confiança prevista na Constituição da República que legitimasse a situação abordada nesta exordial. Nesse sentido é remansosa a jurisprudência, *in verbis*:

EMENTA DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LEI MUNICIPAL. CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO. AUSÊNCIA DE CARÁTER DE ASSESSORAMENTO, CHEFIA OU DIREÇÃO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE SERVIDOR NOMEADO E SUPERIOR HIERÁRQUICO. IMPOSSIBILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO. RESERVA LEGAL. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 05.3.2012. Esta Corte entende que é inconstitucional a criação de cargos em comissão que não possuam caráter de assessoramento, chefia ou direção e que não demandem relação de confiança entre o servidor nomeado e o seu superior hierárquico. Precedentes. Na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a fixação do montante da remuneração de servidores públicos exige a adoção de lei formal e específica. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à conformidade entre o que decidido no acórdão recorrido e a jurisprudência desta Corte. Agravo regimental conhecido e não provido. (RE 735788 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

julgado em 12/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-167 DIVULG 28-08-2014
PUBLIC 29-08-2014)

Ao se verificar a relação de empregos da empresa MGS (vide tabela a seguir), a própria nomenclatura de alguns empregos remete à ideia de função de direção, chefia e assessoramento, todavia não se pode afirmar que a sua criação tenha observado o disposto no art. 37, V, da CR/88, já que não existem descrições de atribuições e requisitos para investidura em tais empregos, conforme será abordado no tópico 1.3 (Fixação das Atribuições e Requisitos para Investidura dos Empregos Públicos Comissionados de Recrutamento Amplo):

| EMPREGO/CARGO | TOTAL |
|--|-------|
| Auditor Chefe | 1 |
| Chefe de Assessoria de Comunicação | 1 |
| Chefe de Assessoria de Planejamento e Gestão | 1 |
| Chefe de Gabinete | 1 |
| Coordenador | 6 |
| Gerente do Centro de Capacitação e Treinamento | 1 |
| Ouvidor | 1 |
| Secretária Diretoria | 1 |
| Superintendente | 7 |
| Analista de Tec da Informação I | 1 |
| Analista de Tec da Informação II | 1 |
| Assessor Jurídico I | 1 |
| Assessor Jurídico III | 3 |
| Assistente de Comercialização I | 1 |
| Assistente de Produção | 1 |
| Assistente Operacional - V | 32 |
| Assistente Operacional - II | 2 |
| Coordenador - 2-C | 1 |
| Coordenador - B | 1 |
| Coordenador - B-1 | 1 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 1A | 5 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 1B | 2 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 1C | 1 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 2 | 4 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 2B | 6 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 2C | 1 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 3 | 2 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 3A | 1 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 3B | 2 |
| Supervisor de Serv. Espec. - 3C | 1 |
| Supervisor de Serv. Espec. - IIA | 4 |
| Supervisor de Serv. Espec. - IIB | 1 |



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| QUANTITATIVO DE EMPREGOS E CARGOS DE RECRUTAMENTO AMPLO | |
|---|-------------|
| EMPREGO/CARGO | TOTAL |
| Supervisor de Serv. Espec. - IIIA | 1 |
| Supervisor de Serv. Espec. | 2 |
| Assessor I | 14 |
| Assessor II | 21 |
| Assessor III | 9 |
| Assessor IV | 18 |
| Assessor V | 11 |
| Assessor VI | 15 |
| Assistente I | 15 |
| Assistente II | 81 |
| Assistente III | 119 |
| Assistente IV | 60 |
| Assistente IX | 41 |
| Assistente V | 66 |
| Assistente VI | 61 |
| Assistente VII | 49 |
| Assistente VIII | 31 |
| Assistente X | 24 |
| Assistente XI | 1 |
| Assistente XII | 1 |
| Assistente XIII | 17 |
| Supervisor I | 56 |
| Supervisor II | 57 |
| Supervisor III | 63 |
| Supervisor IV | 30 |
| Supervisor V | 23 |
| Assessor Administrativo | 22 |
| Assessor Administrativo Especializado | 18 |
| Assessor de Planejamento e Gestão | 8 |
| Assessor Estratégico | 8 |
| Assessor Jurídico Pleno | 3 |
| Assessor Jurídico Senior | 1 |
| Assessor Operacional | 15 |
| Assessor Operacional Especializado | 33 |
| Assessor Organizacional | 19 |
| Assessor Técnico | 37 |
| Assessor Técnico Especializado | 27 |
| TOTAL GERAL | 1199 |

Fonte: Tabela apresentada pela MGS nos autos do IC nº 001.2018.854

A contratação da MGS pela CODEMIG não deixa a menor dúvida da burla aos requisitos previstos no inciso V do art. 37 da CF/88, eis que esses empregos comissionados são ocupados, na realidade, por vendedores, recepcionistas, porteiros, vigias, artífice, faxineiros, jardineiros, bilheteiros e várias outras funções totalmente desprovidas de qualquer caráter de direção, chefia e assessoramento



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(mídia em anexo).

A mais renomada doutrina é unânime ao afirmar que a Constituição Federal não permite a criação de empregos/cargos públicos comissionados para funções distintas daquelas previstas no inciso V do art. 37 (chefia, direção e assessoramento).

O eminente Prof. José dos Santos Carvalho Filho, assim dispõe:

“É importante acentuar que cargos em comissão somente podem destinar-se a funções de chefia, direção e assessoramento, todas elas de caráter específico dentro das funções administrativas. Resulta daí, por conseguinte, que a lei não pode criar tais cargos efetivos, exemplificando-se com os de perito, auditor, médico, motorista e similares. Lei com tal natureza é inconstitucional, por vulnerar a destinação dos cargos em comissão, concebida pelo Constituinte (art. 37, V, CF).”²

“No que se refere aos cargos em comissão, impõe-se observar - já antecipamos - que, de acordo com o art. 37, II, da CF, suas funções limitam-se às de chefia, direção e assessoramento, funções essas que, em virtude de especificidades funcionais, ostentam certo destaque nos quadros de servidores. Assim, a lei não pode criar cargos dessa natureza para funções permanentes ou de rotina administrativa, próprias das carreiras regulares e dos cargos efetivos. O desvio de finalidade, da lei com essa configuração qualifica-a como inconstitucional, evidenciando indesejável burla ao mandamento constitucional.”³ (grifo nosso)

Perfilha do mesmo entendimento o Prof. Marçal Justen Filho:

“Portanto, a Constituição permite apenas a criação de cargos em comissão com atribuições que apresentem um cunho de confiança diferenciado. O cargo em comissão apenas pode ser adotado para funções de chefia e outras, que pressuponham uma margem de autonomia para investidura e demissão por parte da autoridade superior. Representa uma infração à ordem jurídica a atribuição ao titular do cargo em comissão de atribuições não contempladas legalmente, o que configuraria um desvio de atribuições”.⁴ (grifo nosso)

“14.11.4.1 As hipóteses de criação de cargo em comissão

Em primeiro lugar, a Constituição não atribui à lei infraconstitucional autonomia para instituir cargos em comissão quando bem o entender. Como regra, os cargos em comissão são destinados “apenas às atribuições de

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 29ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. 1311p. p. 635-636.

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 29ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. 1311p. p. 639.

⁴ FILHO, Marçal Justen. *Curso de Direito Administrativo*. 11ª ed. Ver., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. 1517p. p. 954.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“direção, chefia e assessoramento”. Logo, é inconstitucional criar cargo em comissão para outro tipo de competência que não essas acima referidas, tal como infringe à Constituição dar ao ocupante do cargo em comissão atribuições diversas.”⁵

Carlos Ari Sundfeld *et al*, ao realizar a análise do conteúdo constitucional a respeito do tema, conclui no seguinte sentido:

“Desses preceitos conjugados - incisos II e V do art. 37 da Constituição Federal - resulta que o acesso aos quadros da Administração Pública sem concurso público só pode vir a ocorrer em se tratando de postos ligados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, situados, portanto, nos patamares mais altos da hierarquia administrativa.”⁶ (grifo nosso)

No Estado do Paraná, o Ministério Público de Contas e o Ministério Público Estadual suscitaram perante o Tribunal de Contas do Estado, através do Prejulgado⁷ nº 25/2015, a manifestação do Pleno acerca da interpretação adequada do preceito normativo do art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

Naqueles autos, o MPC/PR por meio do Parecer nº 3242/16,⁸ assentou que:

“3) a criação de cargo em comissão e função de confiança será idônea se as atribuições do posto exigirem, para seu adequado desempenho, relação de confiança entre o superior imediato e o servidor, razão pela qual é descabida essa modalidade de provimento para o exercício de atividades estritamente vinculadas ou técnico-burocráticas.” (grifo nosso)

Ao fundamentar sua conclusão o MPC/PR argumentou o seguinte:

“É importante destacar de maneira expressa que o vínculo de confiança

⁵ FILHO, Marçal Justen. *Curso de Direito Administrativo*. 11ª ed. Ver., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. 1517p. p. 953.

⁶ SUNFELD, Carlos Ari. SOUZA, Rodrigo Pagani de. *As empresas estatais, o concurso público e os cargos em comissão*. Revista de Direito Administrativo, São Paulo: Atlas, v. 243, p. 29-40, set./dez. 2006.

⁷ Art. 79 da Lei Complementar Estadual nº 113/05 (Lei Orgânica) e art. 410 do Regimento Interno - “Por iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas, a requerimento do Relator ou do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, poderá o Tribunal Pleno pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecendo a importância da matéria de direito e de sua aplicabilidade de forma geral e vinculante até que o prejulgado venha a ser reformado na forma prevista em Regimento Interno.” Endereço eletrônico: <http://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2018/4/pdf/00326545.pdf>. Acesso: 24 mai. 2018.

⁸ Disponível em: <http://www.mpc.pr.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/Cargos-comissao-prejulgado-mpc.pdf>. Acesso: 24 mai. 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

entre o superior hierárquico e o servidor (comissionado ou detentor de função) é elemento central e caracterizador das atividades de direção e chefia aptas a ensejar a criação de cargo em comissão ou função de confiança. Vale dizer, o estabelecimento de tais postos será idôneo somente se as suas atribuições de fato demandarem o componente pessoal de confiança para que sejam adequadamente desempenhadas. Assim, além de o diretor ou chefe estarem em posição de comando de determinado órgão público, é necessário que haja vínculo direto de confiança com seu superior imediato, o que viabiliza a execução das diretrizes gerais fixadas pela autoridade superior de maneira harmônica e coordenada.” (grifo nosso)

Neste sentido o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná⁹ aprovou o Prejulgado com os seguintes enunciados:

“iii. Direção e chefia pressupõem competências decisórias e o exercício do poder hierárquico em relação a outros servidores, nos termos previstos em ato normativo; os cargos de direção estão relacionados ao nível estratégico da organização, enquanto os cargos de chefia atuam no nível tático e operacional.

iv. A função de assessoramento diz respeito ao exercício de atribuições de auxílio, quando, para o seu desempenho, for exigida relação de confiança pessoal com o servidor nomeado, hipótese em que deverá ser observada a compatibilidade da formação ou experiência profissional com as atividades a serem desenvolvidas.” (grifo nosso)

A questão já foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal. Confira-se:

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI. CRIAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO SEM CARÁTER DE ACESSORAMENTO, CHEFIA OU DIREÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULAS 279 E 280/STF. “É inconstitucional a criação de cargos em comissão que não possuem caráter de assessoramento, chefia ou direção e que não demandam relação de confiança entre o servidor nomeado e o seu superior hierárquico” (ADI 3.602, Rel. Min. Joaquim Barbosa). Para dissentir do entendimento firmado pelo Tribunal de origem quanto à natureza jurídica dos cargos, bem como saber se existe subordinação entre o servidor nomeado para a função criada pela lei e seu respectivo superior hierárquico, faz-se necessário analisar a legislação local impugnadas (Leis nºs 1.786/1998, 1.983/2001, 2.203/2005, 2.267/2005, 2.370/2007, 2.609/2009, 2.675/2010 e 2.843/2011) e reexaminar os fatos e provas constantes dos autos, providências que não têm lugar neste momento processual, nos termos das Súmulas 279 e 280/STF. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 820442 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 28/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-229 DIVULG 20-11-2014 PUBLIC 21-11-2014)

⁹ Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/prejulgado-n%C2%BA-25/306798/area/242>. Acesso: 24 mai.2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Descortinados os precedentes acima, a única linha de raciocínio que se pode inferir do mandamento constitucional é que a criação e investidura de emprego em comissão constitui uma exceção à regra geral do concurso público e deve atender a requisitos fundamentais como: a) **relação de confiança entre chefe e subordinado** (observada a aptidão para o desempenho satisfatório das funções a serem exercidas) e; b) deverão ser criados com atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Ora, no caso da CODEMIG, como dito antes, os empregados não ostentam a relação de subordinação em relação às pessoas para as quais prestam os serviços diretamente e, portanto, impossível de ser configurada a relação de confiança tratada pela Constituição da República.

No que toca ao requisito da confiança, vejamos o escólio da Prof. Cármen Lúcia Antunes Rocha:

“... A confiança haverá de ser considerada em relação às condições de qualificação pessoal e à vinculação do agente escolhido com a função a ser desempenhada. Não é possível, juridicamente, tomar como mera função, sem o correspondente no quadro administrativo, um conjunto de atribuições que deve ser instituído como inerente a um cargo público. Nem se há de considerar de confiança o que precisa ser tratado e provido segundo exigências e critérios profissionais insuperáveis. Nem se há de considerar de confiança pessoal condições personalíssimas do agente eleito, como parentesco etc., pois tanto caracterizaria mero nepotismo, proibido constitucional e infraconstitucionalmente, o que vem sendo cumprido, aliás, com rigor pelo Poder Judiciário.”¹⁰

A utilização de empregos comissionados em funções que não possuem caráter de direção, chefia e assessoramento e sem o requisito da confiança entre a autoridade nomeante e o empregado, desrespeitando o disposto no inciso V do art. 37 da Constituição Federal de 1988, não aconteceu apenas na CODEMIG, mas em vários órgãos do Poder Executivo estadual e até mesmo neste Tribunal de Contas (Representação n. 1047886). A planilha a seguir, embora extensa, contém apenas alguns exemplos de contratação de empregados comissionados pela empresa pública MGS que aparentemente desrespeitaram o comando do inciso V do art. 37 da

¹⁰ ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *Princípios constitucionais dos servidores públicos*. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 177.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Constituição Federal de 1988, o que será objeto de ações próprias no momento oportuno:

| NOME DO EMPREGADO | EMPREGO PÚBLICO NA MGS | FUNÇÃO REAL EXERCIDA / LOTACÃO | F. |
|----------------------------------|-------------------------|--|---------------|
| Tânia Fonseca Silva | Assistente III | Assistente Operacional / Rádio Inconfidência | 439 |
| Aline Cristina Pereira de Lima | Assessor Organizacional | Contadora / Secretaria de Fazenda | 1071-v |
| Sonia Maria Silvério | Assistente II | Suporte Operacional / IPSEMG | 10 Anexo VI |
| Michele Francisca da Silva | Assistente II | Suporte Operacional / IPSEMG | 26 Anexo VI |
| Cibele da Silva Mota | Assistente II | Suporte Operacional / IPSEMG | 26 Anexo VI |
| Amanda Andrade Tolentino | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Fabiana Lupp Moutinho | Assistente | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Humberto de Souza Batista Neto | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Izabelle Mesquita Spindola | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Lucas Marcal de Souza | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Maria José Costa Custódio | Assistente | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Mirian do Carmo Machado | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Valquiria Aparecida Assis | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Vinicius Eduardo Alves Tolentino | Assistente III | Assistente Operacional / IPSEMG | 28-v Anexo VI |
| Thiago Henrique Garcia Pereira | Assistente II | Trabalhador da Manutenção Predial e Instalações / UEMG | 1282 |

1.3. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA INVESTIDURA DOS EMPREGOS PÚBLICOS COMISSIONADOS DE RECRUTAMENTO AMPLO:

Primeiramente, necessário registrar que os empregos públicos da MGS, tanto do Quadro Efetivo (empregados internos da empresa) quanto do Quadro Rotativo (destinado à execução dos contratos firmados para locação de mão-de-obra) não são



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

criados através de lei, mas por meio de ato normativo/regulamento interno da entidade.

Além disso, conforme informação da Assessoria Jurídica da MGS (mídia em anexo), todos os empregos comissionados dessa entidade foram criados sem atribuição específica, tendo como único requisito para designação a relação de confiança:

Por oportuno, esclarecemos que os atos normativos instituidores dos empregos comissionados estabelecem como requisito de designação a relação estrita de confiança, não possuindo estes empregados estabilidade, bem como não fazem jus à indenização rescisória quando do seu desligamento, em razão da nomeação e demissão *ad nutum*. As atribuições dos mesmos ficam adstritas à necessidade e rotina operacional de cada unidade de lotação.

É de se indagar: poderia a MGS criar empregos comissionados de recrutamento amplo sem a correspondente atribuição, sem estabelecer as funções inerentes e até mesmo sem fixar requisitos para sua investidura? A resposta só pode ser negativa.

Por toda a análise empreendida, não se pode olvidar que a lei ou ato normativo que institui o cargo/emprego em comissão deve prever o conjunto de atribuições a ele inerentes, além de fixar os requisitos específicos para investidura (natureza, escolaridade, etc.).

Importante mais uma vez ressaltar que a figura do cargo/emprego comissionado foi criada como exceção à regra do concurso público (no caso da MGS, processo seletivo público). Tanto a sua criação como sua investidura devem ser orientadas pelos princípios que regem o Direito Administrativo, sobretudo aqueles expressos no *caput* do art. 37 da CF/88, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Não faz sentido a Constituição Federal prever tal exceção dissociada de todos os princípios que orientam a Administração Pública. Portanto, a restrição imposta pelo art. 37, V, da CF/88 tem por objetivo limitar a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

discricionariedade da autoridade nomeante, estabelecendo parâmetros que prestigiem a isonomia, a impessoalidade e a moralidade administrativa.

Nesse sentido, a ausência de qualquer requisito para investidura em empregos comissionados sinaliza que a empresa pública MGS está utilizando da sua criação para nomeação de forma absolutamente subjetiva, sem qualquer verificação de condições mínimas para o exercício do emprego.

Admitir que a empresa MGS crie empregos comissionados desta maneira, a serem destinados aos órgãos e entidades nas quais presta serviços, além de permitir uma indigna utilização da estrutura do Estado para assegurar emprego a pessoas específicas e atender as preferências pessoais de quem gere o órgão contratante, evidencia uma clara manobra na qual o contratante se vale da MGS para ampliar seus quadros de comissionados, seja utilizando-se dos mesmos para atividades nas quais é expressamente vedado o recrutamento amplo, seja para ampliar seus quadros de recrutamento amplo à revelia do processo legislativo.

Ora, o espírito da exceção prevista no texto constitucional ao concurso público certamente não contempla o livre arbítrio para nomeação e investidura em tais empregos, tanto é que a própria Constituição cuidou de delimitar os critérios para sua criação e provimento, quais sejam: direção, chefia e assessoramento e a relação de confiança entre superior hierárquico e subordinado.

Pensar de maneira diferente, *contrario sensu*, é tratar o Direito Administrativo como se tal ramo do Direito cuidasse apenas do interesse do Administrador e não da coletividade. Mas não, no Direito Administrativo impera a supremacia do interesse público, interesse esse que não se confunde com o interesse do Governo tampouco com o interesse da Administração.

Conforme lição da Prof. Maria Sylvia Di Pietro, o princípio da supremacia do interesse público *“está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação."¹¹

E, em decorrência disso, princípios como a isonomia, e, sobretudo a impessoalidade, devem orientar todos os atos administrativos.

Nesse sentido, Daiane Garcias Barreto assevera que o princípio da impessoalidade tem a seguinte finalidade:

"Objetiva coibir a prática de atos que visem a atingir fins pessoais, impondo, assim, a observância das finalidades públicas. O princípio da impessoalidade veda portanto, atos e decisões administrativas motivadas por represálias, favorecimentos, vínculos de amizade, nepotismo, dentre outro sentimentos pessoais desvinculados dos fins coletivos."¹² (grifo nosso)

Portanto, a conduta adotada pela empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A. de criar empregos sem qualquer previsão de suas atribuições, permitindo o livre arbítrio da autoridade nomeante para sua investidura, deve ser totalmente rechaçada.

É nesse sentido o ensinamento do Prof. Carlos Ari Sunfeld *et al*:¹³

"Também não é difícil perceber a estreita relação da exigência do concurso com o princípio da moralidade administrativa: ela é o antídoto juridicamente consagrado contra o preenchimento de postos administrativos ao arbítrio de um homem só, ou de um grupo só, segundo preferências, critérios ou contingências em nada relacionadas à aptidão para o desempenho das atribuições em jogo. Trata-se, em outros termos, do antídoto contra a reserva desses postos a protegidos, despreparados, credores ou partidários de quem quer que seja. Em uma palavra, é um instrumento de moralidade na Administração Pública." (grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho também afirma ser inadmissível e

¹¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. 1038p. p. 98.

FILHO, Marçal Justen. *Curso de Direito Administrativo*. 11ª ed. Ver., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. 1517p. p. 956.

¹² BARRETO, Daiane Garcias. *Sinopses Jurídicas de Direito Administrativo*, 2º ed. Edijur, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://deyvsonhumberto.jusbrasil.com.br/artigos/324050024/o-principio-da-impessoalidade-sobre-a-administracao-publica>. Acesso: 30 mai. 2018.

¹³ SUNFELD, Carlos Ari. SOUZA, Rodrigo Pagani de. *As empresas estatais, o concurso público e os cargos em comissão*. Revista de Direito Administrativo, São Paulo: Atlas, v. 243, p. 29-40, set./dez. 2006.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

inconstitucional a criação de empregos comissionados sem atribuição específica:

Todo cargo tem função, porque não se pode admitir um lugar na Administração que não tenha a predeterminação das tarefas do servidor.

(...)

O cargo ao ser criado, já pressupõe as funções que lhe são atribuídas. Não pode ser instituído cargo com funções aleatórias ou indefinidas: é a prévia indicação das funções que confere garantia ao servidor e ao Poder Público. Por tal motivo, é ilegítimo e denominado *desvio de função*, fato habitualmente encontrado nos órgãos administrativos que consiste no exercício, pelo servidor, de funções relativas a outro cargo, que não o que ocupa efetivamente. Nem a insuficiência de servidores na unidade administrativa justifica o desvio de função.¹⁴ Cuida-se de uma corruptela no sistema de cargos e funções que precisa ser coibida, para evitar falsas expectativas do servidor e a instauração de litígios com o escopo de permitir a alteração da titularidade do cargo. Na verdade, o desvio de função não se convalida, a não ser em situações excepcionais autorizadas em lei, mas o servidor deve ser indenizado, quando couber, pelo exercício das funções do outro cargo, e a autoridade administrativa deve ser responsabilizada pela anomalia, inclusive porque retrata improbidade administrativa". (grifo nosso).¹⁵

Portanto, a criação de empregos de recrutamento amplo deve ser parcimoniosa e respeitar critérios rígidos. Permitir que empregos comissionados sejam criados sem atribuição específica e ao livre discernimento da autoridade nomeante, "adstrita à necessidade e rotina operacional de cada unidade de lotação", é burlar de maneira ardilosa as restrições constitucionais, no intuito de nomear servidores/empregados sem a exigência de qualquer requisito para investidura.

Esse, aliás, também é o raciocínio empreendido pelo Prof. José dos Santos Carvalho Filho:

"Não obstante, afigura-se flagrantemente inconstitucional a criação de cargos em comissão em número excessivo e desproporcional ao quantitativo dos cargos efetivos, fato que denuncia claramente o propósito de favorecimento de alguns poucos apaniguados, frequentemente por interesses políticos. Da mesma forma, é inconstitucional a lei que cria cargos em comissão com atribuições incompatíveis com o regime de livre nomeação e exoneração, isto é, funções que não sejam de direção, chefia

¹⁴ VER DECISÃO STJ, RMS 37.248, de 27/08/2013.

¹⁵ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 29ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. 1311p. p. 634.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ou assessoramento.¹⁶ Revela-se ainda ilegítima a transformação de cargos na qual se permita *reenquadramento* indiscriminado dos servidores, *sem critério de adequação* relativamente aos requisitos (natureza de funções, escolaridade etc.) do cargo novo e do cargo transformado, ensejando privilégios por via oblíqua.¹⁷ Em todos esses casos, é notória a intenção de fraudar os princípios do concurso público, da moralidade e da impessoalidade, a fim de beneficiar indevidamente alguns privilegiados em detrimento dos desapadrinhados, numa inaceitável persistência da cultura da imoralidade." (grifo nosso)¹⁸

(...)

"A escolha do administrador alvitando a nomeação de servidor para ocupar cargo ou emprego em comissão (ou de confiança, em geral) não é inteiramente livre; ao contrário, deve amparar-se em critérios técnicos e administrativos, com análise do nível e eficiência do nomeado. Lamentavelmente, tal possibilidade tem gerado favorecimentos ilegais a certos apaniguados e verdadeira troca de favores. Ultimamente, porém, o sistema, como já se viu, tem oferecido mecanismos de impedimento para esse estado de coisas (inclusive nepotismo), o que é correto, porquanto a função pública não pode ficar à mercê de violação do princípio da moralidade diante da falta de ética de alguns administradores públicos." (grifo nosso)¹⁹

Por toda a argumentação acima expendida, ainda que os empregos comissionados da MGS, em sua nomenclatura, remetam às funções de direção, chefia e assessoramento, não se pode admitir a ausência de descrição de suas atribuições.

Neste sentido, decidiu o Tribunal de Justiça do Paraná, conforme julgado abaixo colacionado:

"APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEI MUNICIPAL - CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO QUE NÃO SE DESTINAM À DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO - MERA NOMENCLATURA DO CARGO SEM ESPECIFICAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - LEIS MUNICIPAIS 1484/97, 1697/01, 1718/01, 2117/08 E 2219/09.- INCOMPATIBILIDADE COM A CARTA MAGNA. - INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SUSCITADO. - CLÁUSULA DE RESERVA DO PLENÁRIO. ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E SÚMULA VINCULANTE N.º 10 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. - COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DA CORTE. - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 270 DO REGIMENTO

¹⁶ VER DECISÃO STF, ADI 3233-PB, 10/05/2007.

¹⁷ VER STF, ADI 3857-CE, 18/12/2008.

¹⁸ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 29ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. 1311p. p. 640.

¹⁹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 29ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. 1311p. p. 657.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. - SUSPENSÃO DO JULGAMENTO, COM REMESSA DOS AUTOS AO ÓRGÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE." (TJ/PR, AC nº 922159 -0, 5ª C.Cível, Unânime, Rel. Paulo Roberto Hapner, j. 27.11.2012).

O Supremo Tribunal Federal também já se debruçou sobre o tema e exarou a seguinte compreensão:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO. AUSÊNCIA DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES CORRESPONDENTES. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO ARE Nº 748.371. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CF/88. INEXISTÊNCIA. 1. A criação de cargos em comissão para o exercício de atribuições técnicas e operacionais pela Municipalidade exige a descrição de suas respectivas atribuições na própria lei. Precedente: ADI 4.125, Rel. Min. Cármen Lúcia, Plenário, DJe 15/2/2011. 2. Os princípios da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, quando debatidos sob a ótica infraconstitucional, não revelam repercussão geral apta a tornar o apelo extremo admissível, consoante decidido pelo Plenário Virtual do STF, na análise do ARE nº 748.371, da Relatoria do Min. Gilmar Mendes. 3. A decisão judicial tem que ser fundamentada (art. 93, IX), ainda que sucintamente, sendo prescindível que o decisum se funde na tese suscitada pela parte. Precedente: AI-QO-RG 791.292, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe de 13/8/2010. 4. In casu, o acórdão recorrido assentou: "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Leis Complementares nºs. 38 (de 06 de agosto de 2008), 45 (de 27 de julho de 2009), 55 (de 15 de março de 2010), do Município de Buritama (Dispõem sobre „criação de cargos de provimento em comissão"- Imprescindibilidade da descrição de atribuições para os cargos de assessoramento, chefia e direção - Afronta ao princípio da legalidade - Inconstitucionalidade declarada - Ação julgada procedente". 5. Agravo regimental DESPROVIDO. (RE 806436 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 16-09-2014 PUBLIC 17-09-2014)

A prática adotada pela MGS, de criar empregos comissionados para que sejam alocados nos órgãos e entidades contratantes, nas quais suas atribuições serão futuramente definidas pelo contratante de acordo com a necessidade e rotina de cada unidade de lotação, apresenta-se como uma forma de dificultar a realização de controle dos contratos de terceirização de mão-de-obra celebrados no âmbito da Administração Pública, em especial para aferir se é hipótese de considerar no cômputo do limite de despesas com pessoal, se os pressupostos legais reconhecidos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no acordo celebrado perante o Juízo Trabalhista pela empresa estão sendo respeitados, se os empregados estão sendo destinados à atividade-meio do contratante, se há desvio de função, dentre outras regras legais.

Da forma como está, a CODEMIG tem à sua disposição tantos quantos empregos comissionados necessitar, podendo utilizar a MGS para prover atividades que encontra impedimento legal para fazê-lo em seus quadros próprios.

A título de exemplo, como está constitucionalmente impedida de contratar jardineiro em cargos em comissão, a CODEMIG se vale dos empregos comissionados de recrutamento amplo criados pela MGS para transpor o impedimento constitucional.

Observe-se a seriedade do que se discute no âmbito da presente Representação. A CODEMIG está utilizando o contrato de terceirização celebrado para empregar pessoas por meio dos empregos comissionados criados pela MGS, especificamente, para atender a vontade do Órgão/Entidade contratante. Tal situação configura uma prática nociva ao patrimônio público, na medida que utiliza o órgão público para satisfazer a si ou a terceiros e não à coletividade abstratamente.

Concordar com uma imoralidade como a que se descortinou na relação contratual entre a CODEMIG e a MGS é tolerar a burla às limitações criadas pela Constituição Federal para permitir aos gestores contratantes que, ao largo da lei e sob a escuridão da falta de transparência, possam indicar para serem contratadas quantas e quais pessoas lhe aprouverem.

Sob tal perspectiva, não pode haver interpretação que permita que empregos comissionados sejam criados indistintamente, sem qualquer critério para investidura, sob pena de desvirtuar a intenção da Constituição da República ao prever a sua criação apenas como exceção à regra do concurso público.

Nesse sentido, importante colacionar decisão do Tribunal de Contas da União que, apesar de entender que não há necessidade de lei em sentido estrito para a criação destes empregos, o voto condutor proferido externou as ponderáveis



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

preocupações do Relator no sentido de que a criação desses empregos deve estar alinhada aos princípios da moralidade e impessoalidade, vejamos:

“(…) 33. Os “cargos” de assessor externo foram aprovados pela Resolução nº 13/2181 da Diretoria de Furnas, nos termos da Cláusula 24ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2003/2004, limitados a dois profissionais por diretoria (fls. 121 e 139, v.1). O art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.735/2001 estabelece como competência do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a aprovação da renovação de acordo coletivo de trabalho (competência delegável ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, conforme §4º do mesmo artigo). Entendo, então, que a referida criação dos cargos de assessor externo foi aprovada pelo Ministério do Planejamento, a quem cabe, por meio do DEST, manifestar-se sobre as propostas de empresas estatais relativas a quantitativo de pessoal próprio, inclusive de tabelas de remuneração de cargos em comissão ou de livre provimento (fl. 158, v.p).

34. Entendo relevante ressaltar que não estou a defender que as empresas públicas e as sociedades de economia mista criem, sem quaisquer parâmetros, empregos de livre nomeação. A criação desses empregos está sujeita aos princípios da moralidade, da impessoalidade e tem que ser aprovada pelas instâncias competentes. Além disso, eles devem estar restritos a funções de chefia, direção e assessoramento. No caso em tela, constata-se que foram criados dois cargos por diretor (são seis as diretorias). Considero que esse número se situa dentro de um patamar de razoabilidade, não se vislumbrando que tenha havido algum intuito de burla à regra geral do concurso público.” “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - adotar o seguinte entendimento: a) a criação de empregos em comissão, na Administração Indireta, não fere a Constituição Federal, porquanto prevista sua existência no próprio texto constitucional, “ex-vi” dos artigos 37, II; 54, I, “b” e 19, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; b) independe de lei, estrito senso, a criação de empregos em comissão, sendo válida tal prática desde que previstos no Plano de Carreira Cargos e Salários da Entidade, autorizado pelo Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH, da Secretaria de Gestão Administrativa do GDF e devidamente homologado pelo Governador do Distrito Federal, após aprovação da Diretoria Colegiada e “referendum” do Conselho de Administração; c) é pressuposto de existência do emprego em comissão a necessária especialização em funções de assessoria, direção ou chefia, consagradas no texto constitucional no artigo 37, V; II - determinar o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o Relatório/Voto do Relator (Anexo II).”²⁰

Ainda que seja permitida a criação de empregos públicos por ato normativo interno, a conduta até então adotada pela empresa Minas Gerais Administração e

²⁰ Tribunal de Contas da União, por meio do acórdão nº. 1.557/2005, Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR, TCU - Plenário, sessão de 05/10/2005.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Serviços S.A. é ilícita por contrariar os princípios que regem a Administração Pública.

Em face de todo o exposto, a ausência de atribuição específica para os empregos comissionados criados no âmbito da MGS não guarda amparo na Constituição Federal e ofende diretamente os princípios da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência (art. 37, *caput*, II e V). A situação verificada na empresa é de evidente desvirtuamento na criação dos empregos comissionados, porquanto estão desvinculados das funções gerenciais exigidas pela Constituição Federal e desprovidos de qualquer atribuição específica nos atos normativos de criação.

1.4. VIOLAÇÃO AOS PRESSUPOSTOS LEGAIS RECONHECIDOS NO ACORDO CELEBRADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E COM O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM 01/09/2000, NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1031/2000, QUE TRAMITOU PERANTE A 21ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE:

A MGS vem realizando parte da contratação do Quadro Rotativo, que é aquele destinado à execução dos contratos firmados para locação de mão-de-obra (terceirização), por meio de empregos comissionados de recrutamento amplo, criados através de simples atos normativos internos, ou seja, a referida empresa pública está criando empregos comissionados de recrutamento amplo no intuito de alocá-los nos diversos órgãos e entidades contratantes (ex.: CODEMIG), em total descumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e, ainda à regra da obrigatoriedade de realização de concurso/processo seletivo público para admissão em cargos e empregos, conforme preceitua o art. 37 *caput* e inciso II da Constituição da República de 1988, *verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; Grifos do *Parquet*

Além disso, a MGS celebrou, em 01/09/2000, acordo com o Ministério Público do Trabalho e com o Ministério Público Estadual, nos autos da Ação Civil Pública nº 1031/2000, que tramitou perante a 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, dispondo sobre a forma de recrutamento e seleção de pessoal, com as seguintes obrigações: (mídia em anexo)

“DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA MGS

CLÁUSULA 1ª - NÃO CONTRATAR, a partir da data da homologação judicial deste termo, qualquer empregado para o seu quadro de pessoal, fixo ou rotativo, em desacordo com o artigo 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PARÁGRAFO ÚNICO - O concurso público de provas e títulos a que se refere o *caput* desta cláusula poderá realizar-se sob a forma de processo seletivo público simplificado, para vínculo laboral regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, por tempo determinado ou indeterminado, ficando assegurada a observância das seguintes regras:

- a) a universalidade no acesso aos empregos públicos (CF/88 artigo 37, inciso I);
- b) a publicidade do certame, mediante a publicação dos editais, integralmente ou por extrato, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em pelo menos um jornal que tenha circulação em todo o território deste Estado Federado;
- c) a impessoalidade, mediante a fixação de critérios objetivos de eliminação e classificação de candidatos, evitando mecanismos que permitam a escolha de empregados com base em julgamento pessoal ou subjetivo dos administradores da empresa ou de seus prepostos (CF/88, art. 37, *caput*);
- d) o cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 11.867/95, mediante a reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência (CF/88 art. 37, inciso VIII).”

Nota-se que, além de existir uma regra constitucional obrigando a empresa a realizar processo seletivo público para provimento de seus empregos, foi celebrado um acordo perante a Justiça do Trabalho, no qual foram reconhecidos pressupostos legais que impedem a MGS de contratar sem a realização de processo seletivo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

simplificado para provimento de seus empregos, sejam eles do quadro fixo ou do quadro rotativo.

Mas ao invés de realizar o concurso ou até mesmo o processo seletivo para provimento do Quadro Rotativo (destinado à execução dos contratos firmados para locação de mão-de-obra), a MGS, em condição de flagrante ilegalidade, cria indiscriminadamente empregos comissionados de recrutamento amplo para atender aos contratos de terceirização, assim como fez para abrigar parte dos empregos alocados na CODEMIG.

Impossível não concluir que a MGS, desta forma, está burlando a regra constitucional do concurso público (processo seletivo) e servindo de instrumento para promover nomeações sem qualquer critério rígido para provimento dos empregos, em total descumprimento às regras constitucionais previstas no art. 37, caput, II, V, da CF/88 e aos pressupostos legais reconhecidos no acordo firmado perante o Juízo Trabalhista no âmbito da Ação Civil Pública nº 1031/2000.

Portanto, à luz do mandamento constitucional e dos pressupostos legais reconhecidos no acordo celebrado, a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços não poderia criar empregos comissionados para formação do seu Quadro Rotativo, pela própria natureza jurídica desses empregos.

1.5. DESVIO DE FUNÇÃO:

Foram verificados vários casos de empregados públicos contratados pela MGS para determinado emprego (v.g. Porteiro) e alocados na execução do contrato da CODEMIG exercendo atribuições diversas (v.g. Auxiliar Administrativo).

A situação verificada nos autos do inquérito sinaliza que, embora contratado para exercer determinada função, o empregado público executa outra, totalmente diversa das atribuições atinentes ao cargo originário, com o pagamento do salário com base na função contratada, e não da função realmente exercida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Abaixo relacionam-se alguns casos que exemplificam a situação narrada:

| NOME DO EMPREGADO | EMPREGO PÚBLICO NA MGS | FUNÇÃO REAL EXERCIDA / LOTAÇÃO | F. |
|--|--|--|----------|
| Adolfo Patrício de Araújo | Porteiro/Vigia | Assistente II - Auxiliar Administrativo (função) | (f. 675) |
| Airton Alves Pereira | Porteiro/Vigia | Assistente II - Auxiliar Administrativo (função) | (f. 675) |
| Américo Procópio de Oliveira | Porteiro/Vigia | Jardineiro (função) | (f. 675) |
| Antonio Norival Sousa | Porteiro/Vigia | Jardineiro (função) | (f. 675) |
| Carlos Roberto Gomes de Oliveira | Porteiro/Vigia | Limpador de Vidros | (f. 675) |
| Flávia de Deus Amaral | Servente de Limpeza - Matrícula 931361 | Jardineiro (função) Matrícula 705368 | (f. 675) |
| Flávia Eustáquio Estevam Rodrigues | Jardineiro - Matrícula 626613 | Porteiro/Vigia (função) Matrícula 476426 | (f. 675) |
| Kedima Souza Oliveira Dias | Servente de Limpeza - Matrícula 867376 | Porteiro/Vigia (função) Matrícula 441549 | (f. 675) |
| Liliane Paula Zeferino Oliveira | Jardineiro - Matrícula 979827 | Porteiro/Vigia (função) Matrícula 981554 | (f. 675) |
| Quellemara Aparecida Santos Chrispim de Macedo | Auxiliar Administrativo | Porteiro/Vigia (função) | (f. 675) |
| Ricardo Debarry | Limpador de Vidros | Porteiro/Vigia (função) | (f. 675) |
| Ronaldo da Conceição | Porteiro/Vigia | Servente de Limpeza (função) | (f. 675) |
| Jackeline Hermogenes de Aguilar Viegas | Copeira | Servente de Limpeza (função) | (f. 675) |
| Tiago Henrique Gomes Araujo | Porteiro/Vigia | Servente de Limpeza (função) | (f. 674) |
| Eduardo Ambrosio | Pintor | Artífice (função) | (f. 674) |
| Valdomiro Otoni | Pedreiro | Artífice (função) | (f. 674) |

Por ser empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, os empregados públicos da MGS são regidos pelo regime celetista.

Desta forma, a situação acima mencionada fere o princípio constitucional da isonomia, a legislação trabalhista e pode gerar demandas trabalhistas visando equiparação salarial.

Em que pese tratar-se de matéria afeta à competência da Justiça do Trabalho, o desvio de função enseja o direito à equiparação salarial por aplicação do princípio da isonomia e, conseqüentemente, pode acarretar dano ao erário na medida que as funções exercidas pelo empregado público correspondam à emprego com remuneração superior àquele efetivamente contratado. Daí o interesse do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ministério Público de Contas de impedir que tal conduta se concretize ou permaneça.

Em face do exposto, a prática do desvio de função operada no âmbito dos contratos celebrados com a MGS além de ser ilegal pode provocar prejuízo ao erário.

2. DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS:

Para individualizar as condutas dos Representados, cabe uma breve síntese de tudo que foi apontado na presente Representação, com base nos documentos requisitados na instrução do Inquérito Civil n. 001.2018.854:

- Carlos Vanderley Soares, ex-Presidente da MGS, por ter participado da criação, provimento e utilização dos empregos públicos comissionados de recrutamento amplo, que não possuem definição expressa de requisitos para investidura e tampouco atribuições, bem como não se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento, em flagrante violação das regras constitucionais previstas no art. 37, caput, II, V, da CF/88; por dispensar ilegalmente a realização de processo seletivo público; por celebrar contratos que permitam que a empresa pública MGS sirva para atender as preferências pessoais de seus contratantes; por descumprir os pressupostos legais reconhecidos no acordo firmado perante o Juízo Trabalhista no âmbito da Ação Civil Pública nº 1031/2000; criar situações que podem gerar demandas trabalhistas que visem equiparação salarial e por consequência direta acarretar dano ao Erário;
- Rogério Pena Siqueira, atual Presidente da MGS, por manter em exercício empregados públicos comissionados de recrutamento amplo cujos empregos foram criados, providos e destinados de forma ilegal, conforme exaustivamente tratado nessa inicial;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- Danilo Santos Xavier Guimarães, Diretor de Negócios da empresa pública MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. à época, por ter celebrado o contrato com a empresa pública CODEMIG ciente que os empregos públicos de recrutamento amplo foram criados para driblar a obrigatoriedade de prévia aprovação em processo seletivo público; por utilizar empregos públicos comissionados de recrutamento amplo, que não possuem definição expressa de requisitos para investidura e tampouco atribuições, bem como não se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento, em flagrante violação das regras constitucionais previstas no art. 37, caput, II, V, da CF/88; por criar situações que podem gerar demandas trabalhistas que visem equiparação salarial e por consequência direta acarretar dano ao Erário;
- Alcione Maria Martins Comonian, Francisco Eduardo Moreira, Marco Antonio de Rezende Teixeira, Nalton Sebastiao Moreira da Cruz, Otílio Prado, Jose Afonso Bicalho Beltrao da Silva, Membros do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG, por terem participado da criação, provimento e utilização dos empregos públicos comissionados de recrutamento amplo, que não possuem definição expressa de requisitos para investidura e tampouco atribuições, bem como não se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento, em flagrante violação das regras constitucionais previstas no art. 37, caput, II, V, da CF/88; por dispensarem ilegalmente a realização de processo seletivo público; e por descumprirem os pressupostos legais reconhecidos no acordo firmado perante o Juízo Trabalhista no âmbito da Ação Civil Pública nº 1031/2000;
- Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, Diretor-Presidente da empresa pública CODEMIG, por ter celebrado o contrato com a empresa pública MGS ciente que os empregos públicos de recrutamento amplo foram criados para driblar a obrigatoriedade de prévia aprovação em processo seletivo público; por utilizar empregos públicos comissionados de recrutamento amplo, que não possuem definição expressa de requisitos para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- investidura e tampouco atribuições, bem como não se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento, em flagrante violação das regras constitucionais previstas no art. 37, caput, II, V, da CF/88; por criar situações que podem gerar demandas trabalhistas que visem equiparação salarial e por consequência direta acarretar dano ao Erário;
- Paula Vasques Bittencourt, Diretora de Finanças da empresa pública CODEMIG, por ter celebrado o contrato com a empresa pública MGS ciente que os empregos públicos de recrutamento amplo foram criados para driblar a obrigatoriedade de prévia aprovação em processo seletivo público; por utilizar empregos públicos comissionados de recrutamento amplo, que não possuem definição expressa de requisitos para investidura e tampouco atribuições, bem como não se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento, em flagrante violação das regras constitucionais previstas no art. 37, caput, II, V, da CF/88; por criar situações que podem gerar demandas trabalhistas que visem equiparação salarial e por consequência direta acarretar dano ao Erário.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS:

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas requer:

- a) o recebimento e processamento da presente representação;
- b) a citação de Rogério Pena Siqueira (atual Presidente da MGS), Carlos Vanderley Soares (ex-Presidente da MGS), Danilo Santos Xavier Guimarães (Diretor de Negócios da MGS à época), Alcione Maria Martins Comonian (Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG), Francisco Eduardo Moreira (Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG), Marco Antonio De Rezende Teixeira (Membro do Conselho de Administração da MGS à época



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

da contratação pela CODEMIG), Nalton Sebastiao Moreira da Cruz (Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG), Otílio Prado (Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG), Jose Afonso Bicalho Beltrao da Silva (Membro do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG), Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco (Diretor-Presidente da CODEMIG, e Paula Vasques Bittencourt (Diretora de Finanças da CODEMIG) a fim de que, caso queiram, defendam-se quanto aos fatos tratados nesta Representação;

- c) a aplicação da multa prevista no art. 85, II, da Lei Complementar Estadual n. 102/2009 a Carlos Vanderley Soares (ex-Presidente da MGS), no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por cada emprego público de recrutamento amplo criado, provido e destinado de forma ilegal na CODEMIG, conforme narrativa nesta petição;
- d) a aplicação da multa prevista no art. 85, II, da Lei Complementar Estadual n. 102/2009 a Alcione Maria Martins Comonian, Francisco Eduardo Moreira, Marco Antonio de Rezende Teixeira, Nalton Sebastiao Moreira da Cruz, Otílio Prado e Jose Afonso Bicalho Beltrao da Silva (Membros do Conselho de Administração da MGS à época da contratação pela CODEMIG), no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por cada emprego público de recrutamento amplo criado à revelia dos ditames legais, conforme narrativa nesta petição;
- e) a aplicação da multa prevista no art. 85, II, da Lei Complementar Estadual n. 102/2009 a Rogério Pena Siqueira (atual Presidente da MGS), no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por cada emprego público de recrutamento amplo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

mantido de forma ilegal na CODEMIG, conforme narrativa nesta petição;

- f) a aplicação da multa prevista no art. 85, II, da Lei Complementar Estadual n. 102/2009 a Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco (Diretor-Presidente da CODEMIG), no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por cada emprego público de recrutamento amplo criado, provido e destinado de forma ilegal na CODEMIG, conforme narrativa nesta petição;
- g) a aplicação da multa prevista no art. 85, II, da Lei Complementar Estadual n. 102/2009 a Paula Vasques Bittencourt (Diretora de Finanças da CODEMIG) e Danilo Santos Xavier Guimarães (Diretor de Negócios da MGS à época), no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais por cada emprego público de recrutamento amplo criado, provido e destinado de forma ilegal na CODEMIG, conforme narrativa nesta petição;
- h) a suspensão temporária e a declaração de impedimento da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. de realizar contratos com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, enquanto perdurar a utilização de empregos comissionados para provimento do seu quadro rotativo;
- i) a imediata regularização da mão-de-obra disponibilizada à CODEMIG para execução dos serviços contratados, com a alocação exclusiva de empregados da MGS aprovados em processo seletivo público.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2018.


Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas

